



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

POLÍTICA SOCIAL E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: identificação e caracterização dos referencias teóricos no Serviço Social Brasileiro

POLÍTICA SOCIAL E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS REFERENCIAS TEÓRICOS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO¹

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados preliminares da pesquisa intitulada “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: Identificação e Caracterização dos Referencias Teóricos”, a qual integra o projeto de pesquisa “Política social e Reprodução da Força de trabalho no Rio Grande do Norte”. A pesquisa em desenvolvimento tem por objetivo central identificar e caracterizar os referenciais teóricos no âmbito do Serviço Social Brasileiro no que diz respeito à relação entre a política social e a reprodução da força de trabalho. Os resultados apresentados constituem a primeira etapa de execução da referida pesquisa, baseados em uma análise documental.

Palavras chave: Política Social; Reprodução da força de trabalho; Serviço Social; Referenciais teóricos.

Abstract: This paper presents the preliminary results of the research entitled “Social Policy and Reproduction of the Workforce: Identification and Characterization of Theoretical References”, which integrates the research project “Social Policy and Reproduction of the Workforce in Rio Grande do Norte”. The research under development has as its main objective to identify and characterize the theoretical references in the scope of the Brazilian Social Service with regard to the relationship between social policy and the reproduction of the workforce. The results presented constitute the first stage of execution of the referred research, based on a documental analysis.

Keywords: Social Policy; Reproduction of the workforce; Social service; Theoretical references.

1 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante da pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: Identificação e Caracterização dos Referenciais Teóricos”, integrante do projeto de pesquisa intitulado "Políticas sociais e reprodução da força de trabalho no Rio Grande do Norte", o qual se centra no seguinte problema de pesquisa: qual a relação entre as políticas sociais e a reprodução da força de trabalho no estado do Rio Grande do Norte?. Trata-se de pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas “Éticos e Direitos”.

O objetivo central consiste em identificar e caracterizar os referenciais teóricos presentes na produção científica do Serviço Social brasileiro que abordam a relação entre política social e reprodução da força de trabalho. Com essa direção, a pesquisa tem se pautado nos seguintes objetivos específicos: a) identificar, dentro da literatura acadêmica e científica brasileira, quais referências bibliográficas apresentam análises que relacionam as políticas sociais com a reprodução da força de trabalho; b) classificar as referências bibliográficas identificadas a partir de categorias temporais e temáticas, permitindo agrupamentos de análise; c) construir sinopses para cada referência bibliográfica identificada, relacionando as categorias utilizadas na obra com a perspectiva metodológica nela empregada.

Sobre os pressupostos metodológicos, este trabalho é essencialmente teórico, e os resultados preliminares foram subsidiados pela pesquisa documental a partir do levantamento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social presentes nas universidades públicas brasileiras e respectivas ementas das disciplinas sobre Política Social e/ou correlatas. Assim, se buscou primeiramente a identificação das Instituições Públicas de Ensino Superiores Brasileiras - IES, por meio do portal eletrônico E-MEC, que apresentassem o curso de Serviço Social na modalidade presencial (vale salientar que não foi identificado na rede pública o curso referido na modalidade à distância). Tais instituições totalizaram o número de sessenta e quatro, e a partir disso se realizou uma filtragem atualizada para identificar quantas e quais delas oferecem o curso de Serviço Social em suas grades de cursos. Após essa identificação, foi feita uma busca pelos cursos de Serviço Social ativo nessas instituições².

²Para isso, se procedeu ao levantamento nas páginas eletrônicas das universidades, e constatou-se que das sessenta e quatro IES dezoito delas não apresentavam claros e/ou disponíveis os documentos necessários ao

A análise, por conseguinte, foi realizada a partir dos Projetos Pedagógicos do curso em Serviço Social, para fins de identificação das ementas, especificamente, das disciplinas sobre a Política Social e/ou Política Pública, bem como a grade curricular e Programas das disciplinas e análise dos núcleos estruturantes. A investigação seguiu com o intuito de identificar o referencial teórico relativo à Política Social nas bibliografias indicadas. Essa etapa de pesquisa voltou-se principalmente para identificar as referências bibliográficas e seus respectivos autores no âmbito do Serviço Social.

Importante mencionar que sobre a estrutura curricular dos cursos foram analisados os períodos curriculares em que as disciplinas relativas à temática de política social são ofertadas, e por meio dos Projetos Pedagógico do Curso se buscou a identificação quanto à vinculação aos núcleos de formação, conforme a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social _ ABEPSS, quais seja: *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sociohistórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.*

A partir da pesquisa documental os dados, então, foram tabulados em tabelas (*Excel*), apresentando a identificação por IES e as bibliografias referenciadas, além da identificação por título da disciplina, autores/as, quantidade que ele aparece, o período e o núcleo referentes. Assim, objetivou-se identificar e analisar as tendências quanto às referências teóricas no que diz respeito ao ensino-aprendizagem sobre a temática da Política Social na formação profissional de Serviço Social em nível de graduação.

Ao realizar o levantamento das principais referências teóricas no escopo das disciplinas de Política Social nos cursos de graduação em Serviço Social Brasileiro, a análise se dirige a apreender como se expressa a relação entre a política social e a reprodução da força de trabalho no debate teórico do Serviço Social.

Neste momento, se apresenta os resultados preliminares do percurso investigativo relativo ao primeiro objetivo da pesquisa mencionada. Os resultados são apresentados a partir da apreensão de três de aspectos: 1) Predominância da discussão em períodos curriculares; 2) Produções do Serviço Social com maior referência nas ementas curriculares; e 3) Núcleos de formação.

Esse é, portanto, o universo de discussão no qual se inscreve a proposta deste desenvolvimento da pesquisa, quais sejam: ementas das disciplinas relativas à *Política Social* ou *Política Pública*, *Projeto Pedagógico do Curso* e *estrutura curricular das disciplinas*. De modo que se fez necessário o contato via e-mail com as respectivas IES, solicitando os documentos: ementas das disciplinas de Política Social/Política Pública, e também o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, no entanto se obtiveram apenas oito respostas das dezoito solicitadas.

artigo, delimitando-se à análise sobre os referenciais teóricos do Serviço Social acerca da Política Social. E, assim sendo, neste artigo propõe, no primeiro momento, uma problematização a partir do debate teórico presente no Serviço Social sobre a Política Social, situando-a na relação entre a intervenção do Estado e a reprodução da força de trabalho; em seguida, são apresentadas as conexões dos resultados preliminares, alcançados no processo investigativo.

2 POLÍTICA SOCIAL, REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL,

O debate em torno da *Política Social* tem se constituído em campo privilegiado de intervenção e discussão para o Serviço Social, com destaque a centralidade no que diz respeito ao enfrentamento à “questão social”. O campo da Política Social se constitui, portanto, como uma das referências centrais do próprio desenvolvimento histórico desta profissão no cenário brasileiro (SPOSATI, 2007).

O Serviço Social, ao se consolidar também, especialmente nas últimas décadas, como área especializada de produção de conhecimento (NETTO, 2010), – o que é constatada a partir de sua reconhecida produção teórica –, tem se constituído em campo de referência teórico-analítico sobre a temática, sobretudo, na relação com as condições de reprodução de vida da classe trabalhadora. Nessa direção também aponta Behring (2006), “[...] o serviço social brasileiro, a partir de meados dos anos 80, passou a ter uma consistente produção sobre esse tema, que supera largamente as tendências descritivas e pragmáticas do passado” (p. 13).

Assim, ao longo do seu processo histórico, o Serviço Social tem se consolidado não apenas por um amplo processo de desenvolvimento do seu caráter interventivo como também tem ampliado o escopo e a profundidade da análise crítica acerca dos processos sociais (MOTA, 2013), com destaque a própria relação entre as complexas funcionalidades das políticas sociais.

O debate sobre as funcionalidades centrais das políticas sociais, por sua vez, revelam tanto uma assimilação teórica crítica – hegemonicamente lastreada por autores e ideias pertencentes à tradição marxista – como incorporou a contextualização histórica e social que incidem sobre elas. De modo que é incontestado, na atualidade, o caráter adensado

e aprofundado das análises teóricas e das práticas interventivas relativas a essa categoria, tanto como determinação profissional, quanto como área de conhecimento (WELLEN, 2021).

Afirma, também, Pereira (2005) que hoje as mudanças são mais expressivas na área, porém, estas aconteceram não relativas a quantidades, mas à qualidade das pesquisas a partir das “condições materiais, institucionais, organizativas, financeiras e intelectuais, necessárias à maioria investigativa da profissão” (p.20). Essa autora destaca ainda como condição favorável para o aumento na produção científica no Serviço Social brasileiro a criação e ampliação dos cursos de pós-graduação, trazendo com isso mais relevância ao reconhecimento das pesquisas, bem como o intercâmbio nacional e internacional, assim como a importância que o processo de redemocratização do país teve sobre o amadurecimento profissional.

Na análise da relação entre Política Social e Serviço Social no Brasil, segundo Behring (2011), o período histórico de 1930 demarca o crescimento da intervenção estatal. O destaque sobre a intervenção estatal é importante porque estas “[...] operam, dentro da sociedade capitalista, como uma mediação estatal dentro da relação entre capital e trabalho” (WELLEN, 2021, p.141). Nessa esteira, afirmara Netto (2011) que com o ingresso do capitalismo no estágio imperialista, a dinâmica de reprodução da economia (capital), exigiu uma mudança funcional e estrutural da intervenção do Estado – suas funções políticas imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas. Assim, se

[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2011, p. 26, grifos originais).

Com isso as mediações entre as Políticas Sociais e o Estado, por sua vez, também impactam nas relações entre a questão social e o próprio Serviço Social. Isso porque, as políticas sociais, nas suas relações com o Estado, impactam nas expressões da questão social apontada como objeto de atuação dos assistentes sociais.

Ressalta-se, portanto, a importância da relação entre teoria e prática para o entendimento de novas análises da questão social. E assim, Wellen (2021) aponta para as “contradições presentes tanto da realidade investigada, como, também, no próprio interior

da profissão” (p.140), e, por conseguinte, que essa reflexão se direciona para uma compreensão “[...] profunda e crítica das relações entre a questão social e as políticas sociais” (ibid.). O que o faz advertir que

[...] a análise acerca da contraditória funcionalidade das políticas sociais para o modo de produção capitalista, tanto nas suas implicações de harmonização social como na sua serventia para incrementar a acumulação capitalista (especialmente com base na reprodução da força de trabalho e no estímulo ao consumo de mercadorias), rebate na reflexão acerca da relação dos Assistentes Sociais com essa dinâmica. Isso porque, a ausência de uma funcionalidade unívoca das políticas sociais remete ao próprio desenvolvimento das relações entre o Estado e a sociedade. Fato este que se torna mais explícito a partir de momentos de crises e depressões econômicas (WELLEN, 2021, p. 140)

Wellen (2021) também destaca que a questão da múltipla causalidade das políticas sociais no âmbito da sociedade burguesa se constitui contraditória e estruturante, visto que a política social atua tanto para servir e beneficiar o capital, como também ainda como instrumento da luta da classe trabalhadora. O referido autor analisa que “essa ambivalência das políticas sociais, e em especial, da assistência social, se acentua na sua relação com a classe trabalhadora” caracterizando uma situação de contradição da dinâmica capital e atuação do Estado. (WELLEN, 2021, p.140).

Tal condição, nos termos de Pastorini (1997, p. 81), se refere à apreensão da política social “como espaço e consequência das lutas sociais (e de classes) e como uma unidade político-econômico-social”. Nessa direção, reitera-se, portanto, que

[...] as políticas sociais não podem ser pensadas como produto de uma relação unilinear, onde o movimento parta do Estado para a sociedade civil (“concessão”), ou vice-versa, da sociedade civil para o Estado (“conquista”), mas, pelo contrário, que essa relação deve ser vista como um processo dialético, contraditório e de luta entre diferentes setores sociais (idem, ibidem).

E para Faleiros significa que

O Estado capitalista não realiza a política dos capitalistas, individualmente tomados. Ele realiza os “interesses gerais do capital”, como uma instituição especial, independente dos capitais individuais. Isso o coloca numa situação contraditória, obrigando-o a realizar compromisso entre as distintas frações da burguesia (por exemplo, entre o financeiro e o industrial), entre as exigências do capital como um todo e as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais (FALEIROS, 2009, p. 64-65).

Assim, para Boschetti (2010, p. 68) ao se “[...] reconhecer que os direitos sociais são capitalistas e sua ampliação não assegura a emancipação humana, mas podem contribuir

para criar as condições materiais para melhoria das condições de vida”, o debate da política social é também situado na direção de superação das correntes analíticas que se circunscreveram em vieses unilaterais nos estudos a ela referidos.

Portanto, segundo Behring (2007, p. 28), “[...] é preciso considerar a política social como síntese de múltiplas determinações [...] superando os reducionismos economicistas, politicistas e de outras espécies”. Vieses esses que, conforme Pastorini (1997), uma vez situados dentro de uma perspectiva tradicional, concebem as políticas sociais como mecanismos estatais de redistribuição da renda social, para fins de reequilíbrio social, com vistas à reversão das desigualdades sociais. Neles, a política social é apreendida como alternativa mediada pelo Estado frente às desigualdades empreendidas por esta sociedade.

Para essa autora ainda, essa é uma compreensão que acarretou implicações, sobretudo ideológicas, dado o entendimento de que a política social consistiria em mera “concessão” do Estado, e este, por sua vez, apreendido como uma esfera “neutra” e, assim, isenta de conflitos de interesses, tendo por objetivo primeiro e último assegurar a provisão social, a busca do “bem comum” de sua população, especialmente daqueles despendidos pelo mercado.

Entretanto, para ela, a política social é vista como “[...] um produto concreto do desenvolvimento capitalista, de suas contradições, da acumulação crescente do capital e, portanto, um produto histórico [...]” (PASTORINI, 1997, p. 85). Logo, “[...] não podem ser pensadas como meras concessões por parte do Estado” (idem, p. 86), uma vez que se constitui na relação entre “as classes hegemônicas, o Estado intermediador e hegemoneizado pelas classes dominantes e as classes trabalhadoras e subalternas como beneficiários das políticas sociais” (idem, p. 86).

Se, conforme Moser e Mulinari (2017, p.1), “a proteção social se configura através de políticas sociais públicas que devem ser garantidas pelo Estado”, e, portanto, sob esse pressuposto, as políticas sociais, como materialização dos direitos sociais, possuem dimensão à satisfação das necessidades sociais dos trabalhadores. Todavia, têm sido historicamente modificadas em razão da subordinação às exigências da reprodução social do capital.

Nesse sentido, as supressões do acesso a bens e serviços sociais – que desde o capitalismo monopolista requeriam o financiamento de fundos públicos como partícipes da reprodução do trabalhador – convertem-se atualmente em negócios privados e lucrativos, adquiridos pelos trabalhadores e suas famílias mediante a compra com parte dos seus pífios salários (MOTA; TAVARES, 2016, p. 246).

Com essa perspectiva, cabe, portanto, reiterar a necessidade de análise sobre os

mecanismos empreendidos pelo Estado na reprodução das condições de vida da classe trabalhadora e, conseqüentemente, sobre a repercussão atual no campo da intervenção do Serviço Social junto à classe trabalhadora. Uma vez que a atual dinâmica do capital tem engendrado novas ingerências nos rumos dos modelos de proteção social, resultante de um contexto adverso à classe trabalhadora, o qual advém da conjuntura presente marcada pela mundialização da economia sob a direção do capital especulativo.

Portanto, é importante pontuar a incorporação pelo Estado das novas requisições em regulação da produção e reprodução capitalista. Nesse sentido, essa regulação, com destaque para as políticas sociais frente às condições contemporâneas de reprodução da classe trabalhadora, obtém mais relevância analítica.

É importante também observar que a análise da interface entre o Estado, a sociedade e o mercado que tem por foco o processo de produção e de acumulação de valor não aparece, dentro da literatura científica brasileira, com a mesma constância e relevo que análises mais localizadas nas relações políticas, sejam super-estruturais, ou de lutas por direitos sociais. Percebe-se que, em geral, nesse meio, os maiores destaques repousam em exemplares teóricos que abordam o diapasão entre, de um lado, conquistas e direitos, e, de outro, coerção e consenso.

3 SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: REFERENCIAIS TEÓRICOS

Ao identificar parcela da literatura produzida pelo Serviço Social Brasileiro no debate sobre a particularidade da política social, esta como processo histórico-social condicionado pela totalidade social capitalista e cuja função social é emergente do contexto histórico monopolista do capital, a análise aqui empreendida se dirigiu a apreender a recorrência e/ou predominância das principais referências teóricas no âmbito das disciplinas de “Política Social” nos cursos de Serviço Social das instituições públicas de ensino. Assim, para fins de verificação de como se expressa o debate teórico da política social no Serviço Social, pela mediação de seus teóricos, particularmente em análise à relação com a reprodução da força de trabalho.

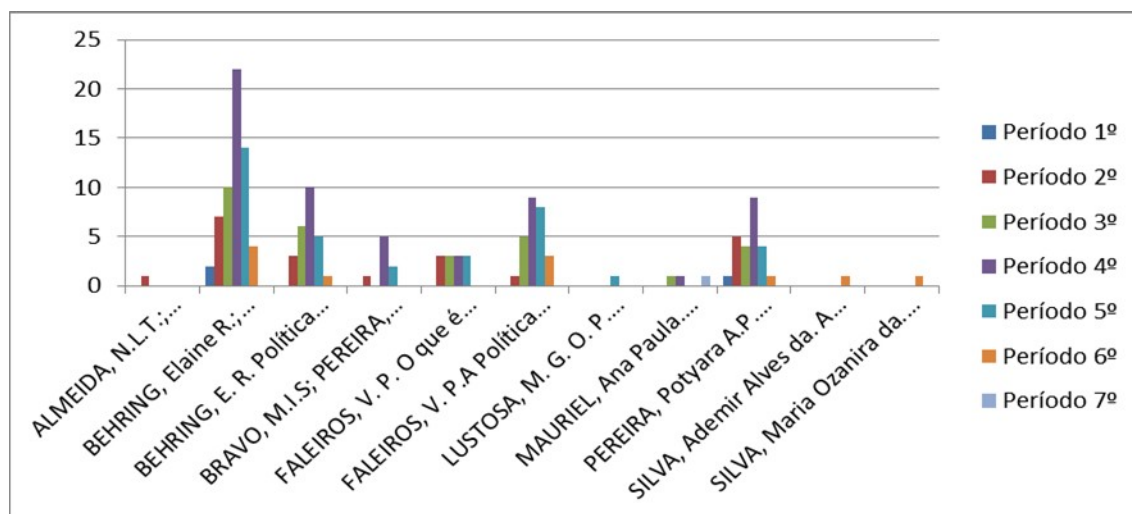
Nessa direção, constatamos, por meio da presente pesquisa, a necessidade de identificar e caracterizar os referenciais teóricos presentes na produção científica do Serviço

Social brasileiro que abordam a relação entre política social e reprodução da força de trabalho. A análise foi realizada por meio dos referenciais teóricos, expressos em dados passíveis de classificação, a partir de categorias temporais e temáticas, permitindo agrupamentos de análise.

3.1 Predominância da discussão em períodos curriculares:

Em relação à predominância da discussão e os períodos curriculares nas disciplinas de *Política social* e/ou correlatas no âmbito dos cursos públicos de Serviço Social observou-se a referência predominante dos autores: *Elaine Behring*, *Ivanete Boschetti*, *Potyara Pereira* e *Vicente de Paula Faleiros*, principalmente, entre o terceiro, quarto e quinto período da graduação, conforme se observa no gráfico abaixo (gráfico 01).

Gráfico 01



Fonte: Elaboração própria

Isso demonstra que essas obras trazem um conteúdo que, segundo os Projetos Pedagógicos da graduação de Serviço Social e ementas consultadas, foi determinado para ser apresentado nos períodos citados. Contudo, sendo uma temática tão presente na atuação profissional do Assistente Social nos espaços sociocupacional, esse assunto traz em si um arcabouço teórico tão complexo que deveria ser ministrado logo no início da

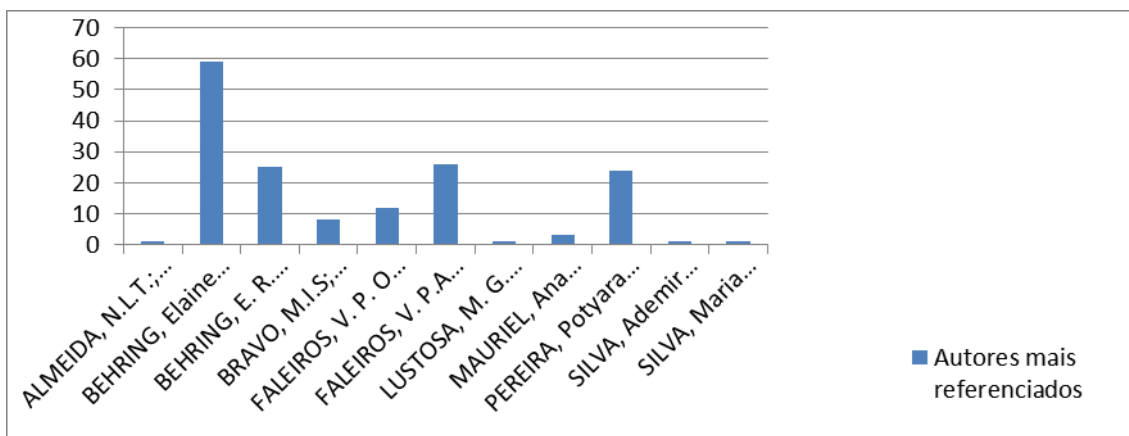
graduação, visto que ele precisa estar bem fundamentado para o profissional, quando na sua atuação profissional para que este possa fazer as reflexões e críticas, com entendimento e conhecimento da amplitude e impacto que as Políticas Sociais têm na reprodução da força de trabalho.

3.2 Produções do Serviço Social com maior referência nas ementas curriculares

Identificou-se, nas ementas das disciplinas de Política Social, a predominância das seguintes produções sobre a Política Social: *Política Social: fundamentos e história*, de autoria conjunta de *Elaine Behring* e *Ivanete Boschetti*. Publicada pela Editora Cortez, sendo a primeira datada de 2006. Essa obra compõe o conjunto da “Biblioteca Básica do Serviço Social”. Ademais, o respectivo dado revela também que trata da referência de maior expressão sobre a temática na área de formação.

Na sequência, se apresentam as obras *O que é política social?*. Essa obra foi publicada pela Editora Brasiliense, com a primeira edição em 1986, e *A política social do Estado capitalista*, publicada em 1980 pela Editora Cortez, ambas de autoria de *Vicente de Paula Faleiros*. E também, segue, a produção *Política Social – temas e questões*. O livro tem sua primeira edição datada em 2008, uma obra mais recente e publicada também pela Editora Cortez com autoria de *Amazonéida Potyara Pereira*. Tratam-se dos autores mais referenciados quanto ao estudo da temática no campo da formação em Serviço Social no Brasil. Esse fato evidencia, assim, a importância dos referidos autores e suas respectivas produções na formação profissional do curso no tocante a formação sobre Política Social. Tais dados se encontram expressos no gráfico 02.

Gráfico 02



Fonte: Elaboração própria

3.3 Núcleos de formação

Dentro da perspectiva de formação acadêmica, a ABEPSS orienta as diretrizes para o curso de Serviço Social. Essas diretrizes estabelecem os padrões de qualificação da formação profissional, relativo ao ensino estabelecido para a Instituição de Ensino Superior.

A nova lógica curricular estabelece parâmetros nessa formação a partir do que incidirá no processo de trabalho do Assistente Social. A assimilação do debate teórico-metodológico concebe o pensamento crítico do ideário profissional.

Dessa forma a ABEPSS aponta que a formação em Serviço Social parte da “efetivação de um projeto de formação profissional remete diretamente a um conjunto de conhecimentos indissociáveis [...]” (ABEPSS, 1997, p.8) expresso nos núcleos de formação profissional, são eles:

1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
2. Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional;

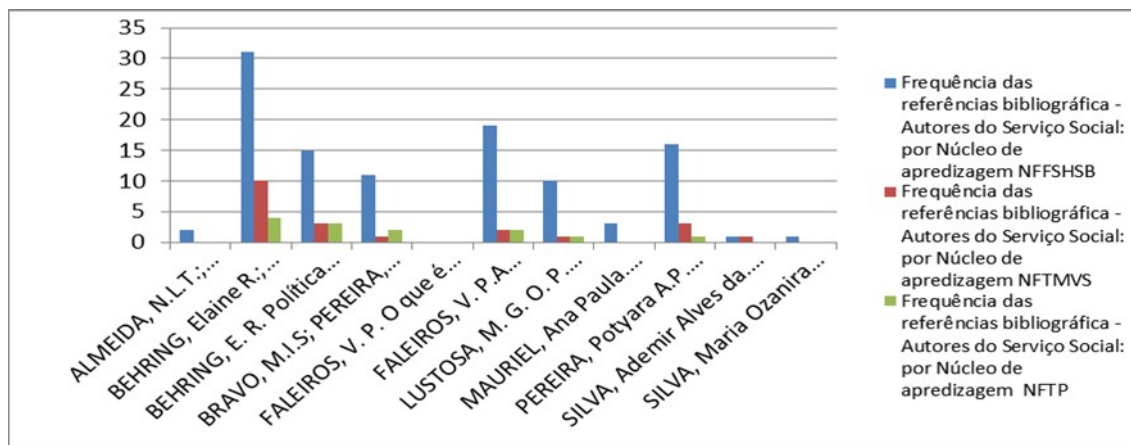
Na análise dos dados pesquisados, verificou-se que as disciplinas de Política Social e/ou correlatas são referenciadas, em sua maioria, no Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, no qual:

remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas

diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, 1997, p. 65-66)

No gráfico abaixo (gráfico 03), os dados coletados demonstram como as Instituições de Ensino Superior delimitam nos Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social a seleção das disciplinas por especificidades de cada núcleo. Como foi demonstrado nos dados encontrados no núcleo citado acima, ele concentra a formação sobre o conteúdo de Política Social na graduação.

Gráfico 03



Fonte: Elaboração própria

Isso aponta que a referência ao Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira direciona a análise para as determinações presentes no modo de produção capitalista e seus impactos sociais, políticos e econômicos presentes na sociedade brasileira. Esses impactos incidem diretamente nas expressões da questão social, fundamento básico que se relaciona com o Serviço Social.

E a expressividade das referências recorrentes, apontam a relevâncias desses autores e suas obras para a formação profissional na graduação de Serviço Social. E que essas obras apresentam em seu corpo literário o conteúdo qualificado para o ensino de Política Social para a formação superior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificar e caracterizar os referenciais teóricos relativos a Política Social e/ou correlatas dentro da literatura acadêmica e científica brasileira, o material pesquisado apontou para o debate teórico presente no Serviço Social sobre a política social, situando-a na relação entre a intervenção do Estado e a reprodução da força de trabalho.

Ao analisar os dados coletados, o que se verificou foi um reconhecimento das obras mais relevantes e pertinentes para abordar o tema Política Social dentro do processo de formação em Serviço Social, os períodos que são ministrados e a perspectiva de abordagem segundo os núcleos estruturantes que são correlacionados. A questão que se apresenta é a abordagem tardia desse conteúdo no processo de formação profissional dos Assistentes Sociais.

O tema Política Social tem um impacto direto na atuação do profissional de Serviço Social. Trazer esse conteúdo desde o início do curso possibilitaria maior apreensão dos estudantes, mediante a complexidade do assunto e uma formação mais consistente para atuação do profissional. Um domínio da historicidade, do trato com a Política Social, seus impactos sociais e econômicos de forma mais substancial, traria mais competência para o profissional ao correlacionar Política Social e a reprodução da força de trabalho nos espaços sociocupacionais de atuação do Assistente Social.

Essa é a contribuição, dessa etapa inicial, para o Projeto de Pesquisa: Políticas Sociais e reprodução da força de trabalho no Rio Grande do Norte, projeto esse que ainda se encontra em andamento. O material pesquisado ainda subsidiará futuras análises objetivando construir sinopses para cada referência bibliográfica identificada e relacionar as categorias utilizadas na obra com a perspectiva metodológica nela empregada.

5 REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS**, nº 07, São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, Luciene; GÓIS, G.B.; FREITAS, G.A.; SILVA, M.G.S. Serviço social e pesquisa científica: uma relação vital para a formação profissional. In: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 81-89, jan./abr. 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. - 3ª ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Fundamentos de Política Social. In: Ana Elizabete Mota; Maria Inês de Souza Bravo; Roberta Uchôa; Vera Nogueira; Regina Marsiglia; Luciano Gomes; Marlene Teixeira. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e Trabalho Profissional**. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006, v. 1, p. 13-39.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete [et al]. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. - 12ª ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

MOSER, Liliâne; MULINARI, Bruna A. P. Proteção Social e Família: o caráter familista da política social no Brasil. In: **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**. Anais do II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. UFSC, 2017.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/03.pdf>>. Acesso em: 22.08.2022.

_____. TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Org.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. Prefácio. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social: ensaio sobre Estado, política e sociedade**. – 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. – 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria 'concessão-conquista'. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 18, n. 53, p. 80-101, 1997.

PEREIRA, Potyara A. P. A utilidade da pesquisa para o serviço social. In: **Revista Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 4, p. 1-158, maio 2005.

_____. **Política social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

[SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo \(PUCSP\). **Katálysis**. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 15-25, 2007. Disponível em: < \[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300002\]\(https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300002\) >. Acesso em: 23.08.2022.](https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/03.pdf)

ROCHA, Mirtes Andrade Guedes Alcoforado da. *Elaboração de Projetos de Pesquisa*. 24 p. In: **CFESS/ABEPSS**. Conselho Federal de Serviço Social/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

WELLEN, Henrique. Política social e reprodução da força de trabalho: um dilema contemporâneo. In: **Revista Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 139-152, jan./abr. 2021.